



Ministério de Minas e Energia

Consultoria Jurídica

PORTARIA MME Nº 825, DE 22 DE JANEIRO DE 2025

Divulga, para Consulta Pública, a minuta de Portaria que regulamenta os critérios e as condições complementares ao Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, para o enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento em transformação de minerais estratégicos para a transição energética, para fins de emissão dos valores mobiliários de que tratam o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 27, inciso II, do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024, no art. 9º do Decreto 10.411, de 30 de junho de 2020 e o que consta do Processo nº 48390.000059/2024-63, resolve:

Art. 1º Fica divulgada, para Consulta Pública, Minuta de Portaria, que estabelece os critérios e as condições complementares ao Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, para o enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento em transformação de minerais estratégicos para a transição energética, para fins de emissão dos valores mobiliários de que tratam o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024.

Parágrafo único. Os documentos e informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas, e no Portal Eletrônico Participa + Brasil.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta de que trata o art. 1º serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio dos Portais mencionados no parágrafo único do art. 1º, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria e da divulgação no sítio eletrônico deste Órgão.

Parágrafo único. Na contagem do prazo referido no *caput* exclui-se da contagem o dia do começo e inclui-se o do vencimento, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.1.2025 - Seção 1.

ANEXO

MINUTA DE PORTARIA NORMATIVA MME Nº , DE DE DE 2025

Estabelece os critérios e as condições complementares ao Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, para enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento em transformação de minerais estratégicos para a transição energética, para fins de emissão dos valores mobiliários de que tratam o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, na Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024, no Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, e o que consta do Processo nº 48390.000059/2024-63, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece os critérios e as condições complementares ao Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, para enquadramento e acompanhamento dos projetos de investimento em transformação de minerais estratégicos para a transição energética, para fins de emissão dos valores mobiliários de que tratam o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024.

Art. 2º Para os fins de emissão de valores mobiliários com benefícios fiscais, debêntures de infraestrutura e debêntures incentivadas, são considerados minerais estratégicos para a transição energética:

- a) o cobalto;
- b) o cobre;
- c) o lítio;
- d) o níquel; e
- e) os elementos de terras raras.

Art. 3º São elegíveis para a emissão de valores mobiliários com benefícios fiscais os projetos de transformação mineral, pertencentes a sociedades de propósito específico ou concessionárias de lavra, que resultem na produção das seguintes substâncias:

I - em grau bateria:

- a) carbonato de lítio;
- b) hidróxido de lítio;
- c) sulfato de cobalto;
- d) sulfato de níquel; e
- e) folha de cobre, nas espessuras requeridas pelas baterias de íon-lítio;

II - em grau de pureza adequado para a produção de ímãs para motores elétricos:

- a) óxidos de terras raras;
- b) cloretos de terras raras; e
- c) metais ou ligas de terras raras.

Art. 4º As despesas relativas à fase de lavra e desenvolvimento da mina, integrantes de projeto de transformação mineral elegível na forma do art. 3º, podem ser consideradas como parte dos projetos de investimento.

Parágrafo único. As despesas a que se referem o *caput* devem ser executadas dentro do intervalo de tempo do cronograma de investimento na planta de transformação mineral e não podem exceder a 49% (quarenta e nove por cento) do valor captado por meio da emissão dos valores mobiliários com benefícios fiscais.

Art. 5º Fica dispensada a exigência de aprovação ministerial prévia para os projetos objeto desta Portaria Normativa, na forma do art. 3º, § 1º, do Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024.

Art. 6º A emissão dos valores mobiliários com benefícios fiscais fica limitada ao montante equivalente às despesas de capital dos projetos de investimento.

Art. 7º Para fins de acompanhamento, fiscalização e cumprimento do disposto no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no art. 2º, § 6º, da Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024, o emissor deverá:

I - protocolar no Ministério de Minas e Energia, endereçada à Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, previamente à apresentação do requerimento do registro da oferta pública dos valores mobiliários com benefícios fiscais, documentação com a descrição individualizada do projeto de investimento, incluídas, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome empresarial e número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, próprios e do titular do projeto, quando se tratar de pessoas jurídicas distintas;
- b) setor prioritário em que o projeto se enquadra;
- c) descrição do projeto;
- d) objeto e objetivo do projeto;
- e) benefícios sociais ou ambientais advindos da implementação do projeto;
- f) datas estimadas para o início e para o encerramento do projeto ou, na hipótese de projetos já em curso, a data de início efetivo, a descrição da fase atual e a data estimada para o encerramento;
- g) volume estimado dos recursos financeiros totais necessários para a realização do projeto;
- h) volume de recursos financeiros que se estima captar com a emissão dos títulos ou valores mobiliários, e respectivo percentual frente à necessidade total de recursos financeiros do projeto;
- i) substâncias a serem produzidas pelo projeto, dentre aquelas relacionadas no art. 3º;
- j) descrição sumária de seu processo produtivo;
- k) indicação de potenciais clientes do projeto;
- l) número de empregos gerados diretamente e estimativa de geração indireta de empregos;
- m) cronograma de implementação das etapas do projeto;
- n) percentual correspondente às despesas relativas à fase de lavra e desenvolvimento de mina, se houver, dentro do valor a ser captado pelos valores mobiliários com benefícios fiscais;
- o) instituição financeira organizadora do lançamento das debêntures;
- p) custo estimado da captação com as debêntures;
- q) despesa de capital do projeto;
- r) estimativa do benefício tributário a ser obtido; e
- s) relatório de avaliação externa atestando os benefícios ambientais ou sociais relevantes proporcionados pelo projeto, em caso de existência;

II - manter atualizadas, junto à Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia - SNGM/MME, as seguintes informações próprias e do titular do projeto, quando se tratar de pessoas jurídicas distintas:

- a) a relação das pessoas jurídicas que o integram; e
- b) a identificação da sociedade controladora, na hipótese de pessoa jurídica constituída sob a forma de companhia aberta com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado acionário;

III - destacar, de maneira clara e de fácil acesso ao investidor, por ocasião da emissão pública dos valores mobiliários com benefícios fiscais, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de ofertas destinadas exclusivamente a investidores profissionais, no Anúncio de Encerramento e no material de divulgação:

- a) a descrição do projeto, com as informações de que trata o inciso I; e
- b) o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário.

IV - assegurar a destinação dos recursos captados para a implantação do projeto prioritário e manter a documentação relativa à utilização dos recursos disponível para consulta e fiscalização por pelo menos cinco anos após o vencimento dos valores mobiliários com benefícios fiscais, ou após o encerramento do fundo de investimento em direitos creditórios; e

V - apresentar à Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, até o dia 30 de junho de cada ano, relatório sobre a implementação do projeto, até o final da sua execução.

Art. 8º Compete à Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia:

I - acompanhar, diretamente ou indiretamente, a implementação dos projetos, com exceção dos aspectos relativos à execução financeira;

II - informar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e à Comissão de Valores Mobiliários a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto ou a sua implantação em desacordo com o disposto no Decreto nº 11.964/2024 e nesta Portaria Normativa, assim que delas tomar conhecimento, para evitar o risco de decretação da decadência do crédito e para a eventual apuração da responsabilidade dos gestores públicos envolvidos;

III - manter arquivados, em meio físico ou eletrônico, e disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos competentes, pelo prazo de cinco anos, contado da data de conclusão do projeto, com as prorrogações necessárias quanto ao período caso evidenciadas as situações descritas no inciso II:

- a) a documentação a que se referem os incisos I e II, do art. 7º; e
- b) os autos do processo de análise do projeto, na hipótese de projetos com exigência de aprovação ministerial prévia; e

IV - enviar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, anualmente, as informações de que tratam os incisos I e II, do art. 7º, devidamente atualizadas e compiladas.

Art. 9º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.